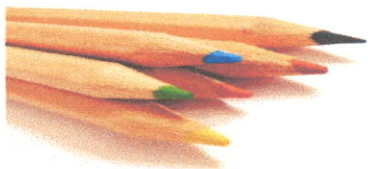




**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

1 **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
2 **DE CAMPOS DE JÚLIO/MT - CMECJ. Ata n.º 03/2026.** Ao primeiro (1) dia do mês
3 de abril (4) do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às quatorze horas (14h00),
4 reuniram-se na Sala de Reuniões dos Conselhos, no Centro Cultural Ricieri Mazutti,
5 situado na Rua Mato Grosso do Sul, Centro, no município de Campos de Júlio,
6 Estado de Mato Grosso, os membros do Conselho Municipal de Educação de
7 Campos de Júlio/MT, em Reunião Ordinária. Em primeira chamada e, após
8 constatar o quórum regimental, por atingir quórum mínimo de 50% dos membros
9 conselheiros inicia-se a reunião tendo como pauta: Leitura e aprovação da ata da
10 reunião ordinária realizada em 04/03/2026; Apresentação e análise do orçamento
11 anual da Secretaria Municipal de Educação, referente ao exercício de 2026;
12 Informes. Estavam presentes à reunião: Representante da Secretaria Municipal de
13 Educação: Odila Nelci Krampe Donat. Representante do Poder Executivo:
14 Elisângela Platau. Representante dos Diretores da Rede Municipal de Educação:
15 Silvana Carnaúba dos Santos. Representante dos Professores da Rede Municipal
16 de Ensino: titular e suplente ausentes. Representante dos Professores da Rede
17 Estadual de Ensino: Maurocir Silva. Representante dos Auxiliares de Educação
18 Infantil da Rede Municipal de Ensino: Aline Fonseca. Representante dos Conselhos
19 Escolares Municipais ou Equivalentes: Odirlei Pereira da Silva. Representante dos
20 Conselhos Escolares Estaduais ou equivalentes: titular e suplente ausentes.
21 Representante do Sindicato dos Profissionais da Educação: titular e suplente
22 ausentes. Participou da reunião, como apoio técnico, o Assessor Pedagógico,
23 Paulo Victor da Rosa e a Técnica e Fiscal de Contratos Andréia Vitório Diniz, ambos
24 da Secretaria Municipal de Educação. Dando início aos trabalhos, a membro Odila
25 cumprimentou os presentes e procedeu à leitura do ofício de convocação
26 encaminhado aos membros do Conselho para a reunião realizada no dia 01 de abril
27 de 2026, conforme pauta previamente estabelecida. Na sequência, o Presidente
28 Odirlei consultou os membros quanto à possibilidade de inclusão de novos itens na
29 pauta. Não havendo acréscimos, a pauta foi submetida à apreciação, sendo
30 aprovada por unanimidade pelos membros presentes. Antes do início da ordem do
31 dia, a membro Odila consultou os membros quanto à possibilidade de inversão da
32 pauta, sugerindo que a apresentação do orçamento fosse realizada como primeiro
33 item, em razão da presença da servidora da Secretaria Municipal de Educação,
34 Sra. Andreia Vitório Diniz, técnica da Secretaria e fiscal de contratos, que possuía
35 outros compromissos. A proposta foi submetida à apreciação e aprovada por
36 consenso pelos membros presentes. A membro Odila informou que, com o objetivo
37 de reduzir a utilização de papel, foram disponibilizadas apenas duas cópias do
38 material para apreciação dos membros. Esclareceu que o documento apresentado
39 corresponde ao orçamento inicial, referente ao mês de janeiro de 2026, e que há
40 outro relatório complementar para análise, gerado a partir do sistema contábil, com
41 data de 30 de março de 2026, no qual se verifica a execução orçamentária até a

Odila *Odirlei*
[Assinatura]



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

42 referida data. Na sequência, passou a palavra à servidora Andreia, para que
43 realizasse a explanação técnica dos documentos apresentados. Dando início à
44 apresentação do orçamento, a servidora Andreia iniciou sua fala esclarecendo que
45 o orçamento anual da educação é elaborado com antecedência, geralmente no mês
46 de setembro do exercício anterior, sendo construído a partir de estimativas de
47 despesas, com base no histórico de execução financeira e nas necessidades
48 projetadas para o exercício seguinte. Explicou que o orçamento é estruturado por
49 meio de fichas orçamentárias vinculadas a projetos e atividades, os quais
50 representam as diferentes áreas de atuação da Secretaria Municipal de Educação,
51 como alimentação e transporte escolar, manutenção das unidades escolares,
52 capacitação de servidores, aquisição de materiais, entre outros. Durante a
53 explanação, destacou que cada ficha orçamentária possui finalidade específica e
54 que os recursos são distribuídos conforme essas classificações, sendo vedada a
55 utilização fora da destinação prevista, especialmente nos casos de recursos
56 vinculados, como os provenientes de programas federais e estaduais. Ressaltou
57 ainda que, apesar de o orçamento inicial ser planejado com base em estimativas,
58 ao longo do exercício financeiro é comum a necessidade de ajustes, por meio de
59 suplementações e remanejamentos entre fichas, considerando que as demandas
60 reais podem divergir da previsão inicial. A servidora explicou que tais
61 movimentações são realizadas por meio de projetos de lei enviados à Câmara de
62 Vereadores e ainda, por decretos, respeitando as fontes de recursos, e que, em
63 muitos casos, há necessidade de transferir valores de uma ficha para outra para
64 atender demandas emergenciais, como aquisição de materiais de consumo,
65 despesas com alimentação escolar, manutenção de serviços e pagamento de
66 contratos. Destacou que esse processo é contínuo e exige acompanhamento
67 permanente. Na sequência, apresentou o relatório atualizado da execução
68 orçamentária referente ao mês de março de 2026, informando que o documento
69 demonstra os valores atualmente disponíveis em cada ficha e as movimentações
70 já realizadas no decorrer do ano. Esclareceu também que determinadas despesas,
71 como contratos de prestação de serviços, são empenhadas de forma anual, com
72 reserva do valor total previsto, sendo executadas mensalmente conforme a
73 prestação dos serviços. Durante a apresentação, foram destacados os principais
74 grupos de despesas, como material de consumo, serviços de pessoa jurídica,
75 contratos temporários, capacitação de servidores, aquisição de kits escolares,
76 materiais pedagógicos e investimentos em infraestrutura. Ressaltou que despesas
77 com alimentação e transporte escolar possuem grande impacto orçamentário,
78 exigindo constante monitoramento. A servidora também abordou a questão dos
79 recursos provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores, explicando
80 que eventuais saldos remanescentes são reprogramados mediante autorização
81 legislativa e passam a compor novas dotações orçamentárias no exercício
82 seguinte. No decorrer da explanação, os membros do Conselho realizaram

Odair *Odair*
Odair

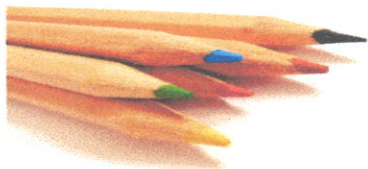


**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

83 questionamentos acerca da dinâmica orçamentária, especialmente quanto à
84 possibilidade de previsão mais precisa das despesas, à justificativa para
85 remanejamentos frequentes e à incorporação de recursos oriundos de devoluções
86 ou indicações de outros órgãos. Em resposta, foi esclarecido que o orçamento
87 público deve obedecer a critérios legais rígidos, não sendo possível concentrar
88 valores excessivos em determinadas fichas sem justificativa técnica, e que novos
89 recursos dependem de tramitação específica, incluindo criação de dotações e
90 aprovação legislativa. Também foram discutidos aspectos relacionados aos
91 processos licitatórios, sendo destacado que, com a vigência da nova legislação, os
92 procedimentos se tornaram mais complexos e demorados, impactando a execução
93 de obras, aquisição de bens e contratação de serviços. Foi mencionado que, em
94 muitos casos, a prioridade é direcionada para demandas essenciais, como
95 alimentação e transporte escolar. Após a conclusão da apresentação, o Presidente
96 agradeceu a participação da servidora Andreia, destacando a relevância dos
97 esclarecimentos prestados para o entendimento dos membros do Conselho acerca
98 da gestão orçamentária da educação. A membro Silvana questionou acerca da
99 devolução de recursos por parte da Câmara Municipal ainda no ano de 2025,
100 indagando se os valores indicados para a educação e investimentos são
101 incorporados automaticamente ao orçamento ou tratam-se apenas de sugestões
102 que podem não se concretizar. Em resposta, foi esclarecido que tais valores não
103 são incorporados automaticamente, tratando-se de indicações que dependem de
104 procedimentos administrativos e legais para sua efetivação. Foi mencionado, ainda,
105 que parte desses recursos estaria relacionada à construção de salas, já prevista
106 em projeto, porém destacou-se que, no exercício anterior, houve processo licitatório
107 em relação a reforma que havia sido projetada para acontecer na referida unidade
108 escolar e que não teve continuidade, uma vez que a empresa vencedora não iniciou
109 a execução, permanecendo a situação sem definição até o momento. Na
110 sequência, a servidora Andreia esclareceu que os processos licitatórios seguem os
111 trâmites estabelecidos pela Lei nº 14.133, caracterizando-se por elevado grau de
112 formalidade e complexidade. Informou que, com a implementação das novas
113 regras, os procedimentos têm demandado maior tempo de execução, podendo
114 variar entre três e quatro meses, ou mais, conforme a demanda e a necessidade
115 de priorização. Destacou que serviços essenciais, como alimentação escolar,
116 recebem prioridade, podendo ocasionar maior demora em outros processos.
117 Ressaltou ainda que, em caso de descumprimento contratual por parte de
118 fornecedores, são adotadas as medidas administrativas cabíveis, inclusive
119 aplicação de penalidades. Acrescentou que, no exercício corrente, há previsão de
120 aumento na demanda por processos licitatórios, especialmente em razão do
121 vencimento de contratos vigentes. Dando continuidade, a membro Odila esclareceu
122 que o orçamento em análise se refere ao planejamento elaborado com base na
123 execução do exercício anterior, sendo a Lei Orçamentária aprovada, em regra, no

Odila

Andreia
Silvana

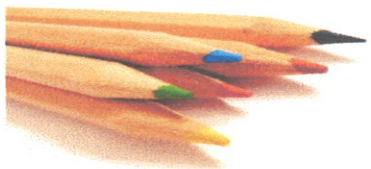


**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

124 mês de setembro. Informou que a devolução de recursos pela Câmara ocorreu
125 posteriormente, no mês de dezembro, não estando, portanto, contemplada
126 diretamente na previsão inicial do orçamento. Destacou que, para a utilização
127 desses recursos, é necessário procedimento específico, que inclui a criação de
128 dotação orçamentária própria, com tramitação junto ao Poder Legislativo,
129 caracterizando-se como processo distinto da lei orçamentária inicial. Ressaltou
130 ainda que, sempre que o município recebe recurso não previsto, torna-se
131 indispensável a criação de ficha orçamentária específica para sua aplicação, sendo
132 esse um requisito para viabilizar a execução do recurso, o que pode demandar
133 tempo até sua efetiva liberação. Na sequência, a membro Odila informou que seria
134 realizada a leitura da ata, seguida dos informes. Contudo, considerando as
135 anotações realizadas durante a explanação da servidora Andreia, antecipou alguns
136 apontamentos para registro. Destacou que o número de profissionais credenciados
137 está próximo de cem (100), sendo, em sua maioria, cuidadores destinados ao
138 atendimento de estudantes com laudos que demandam acompanhamento
139 individualizado. Ressaltou que há um número significativo desses profissionais na
140 Escola Municipal Germano Lazaretti, estimando aproximadamente, trinta e seis (36)
141 cuidadores na unidade, evidenciando o aumento expressivo dessa demanda.
142 Durante a discussão, foi mencionado que, em alguns casos, há necessidade de
143 alocação de mais de um estudante por Cuidador, conforme a especificidade do
144 atendimento. Dando continuidade, a membro Odila destacou o crescimento
145 contínuo no número de estudantes laudados, observando que, em curto período de
146 tempo, há ingresso recorrente de novos casos na rede municipal advindos de
147 outros municípios e estados, o que demanda constante reorganização dos serviços
148 educacionais e de apoio, incluindo providências relacionadas à alimentação
149 especial e demais necessidades específicas. Na sequência, abordou a situação da
150 escola indígena, esclarecendo que, conforme mencionado anteriormente, a
151 unidade encontra-se com as atividades suspensas no presente ano letivo.
152 Destacou que tal decisão não partiu unilateralmente do município, tendo sido
153 definida em reunião com a comunidade indígena. Explicou que a educação
154 indígena deve contemplar, obrigatoriamente, o ensino bilíngue, com a oferta da
155 língua materna e da língua portuguesa. Informou que a professora anteriormente
156 atuante na unidade não possuía domínio da língua materna, sendo acordado, no
157 ano anterior, junto à liderança da comunidade, que o ensino seria iniciado em língua
158 portuguesa, com posterior inclusão da língua materna, mediante a disponibilidade
159 de profissional habilitado. Relatou que, para o ano corrente, foi proposta a
160 substituição da docente, visando atender à exigência do ensino bilíngue. Contudo,
161 diante da ausência de profissional com domínio da língua materna, foi concedido
162 prazo para que a comunidade indicasse um nome. Não sendo possível a indicação,
163 a própria comunidade, em conjunto com os pais dos estudantes indígenas,
164 deliberou pela suspensão temporária das atividades da unidade escolar. Na

Odila

Odila
Stef



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

165 sequência, a membro Elisangela questionou acerca da situação da professora e da
166 cozinheira que atuavam na escola indígena. Em resposta, a membro Odila informou
167 que foi realizado o desligamento das profissionais no mês anterior. Esclareceu
168 ainda que, como medida alternativa, foi ofertado aos estudantes indígenas com
169 menos de 15 anos o atendimento na Escola Municipal Eliza Kronhardt Tomé, sendo
170 informado que parte desses estudantes já se encontra frequentando a referida
171 unidade escolar. Acrescentou que, no decorrer do ano, o atendimento ocorrerá
172 dessa forma, até que haja definição quanto à reorganização da escola indígena. A
173 membro Odila destacou, ainda, que a comunidade tem manifestado, de forma
174 recorrente, a demanda pela construção de uma unidade escolar própria. Informou
175 que, conforme as tratativas realizadas, todas as solicitações possíveis foram
176 encaminhadas aos órgãos competentes, incluindo a Secretaria de Estado de
177 Educação, sendo que as informações recebidas têm sido repassadas à
178 comunidade de forma contínua. Informou que, recentemente, houve nova demanda
179 relacionada ao tema, a qual foi recebida no início da semana, encontrando-se em
180 análise para os devidos encaminhamentos. Dando continuidade, a membro Odila
181 informou que há proposta, no âmbito do Governo do Estado, para a construção da
182 escola indígena. Acrescentou que também foram protocoladas solicitações junto a
183 outros órgãos, incluindo instâncias federais, que, no momento, encontram-se em
184 fase de levantamento de informações técnicas necessárias para dar
185 prosseguimento ao processo. Ressaltou que, até o presente momento, não há
186 definição concreta quanto à efetivação da obra, tratando-se ainda de tratativas
187 iniciais e coleta de dados. Informou que os encaminhamentos estão sendo
188 realizados paralelamente em diferentes esferas, com o objetivo de viabilizar a
189 construção da unidade, aguardando-se a alternativa que apresentar maior
190 viabilidade. Destacou, ainda, que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas,
191 Funai, será responsável pela elaboração de documento técnico, que
192 posteriormente será protocolado para continuidade dos trâmites necessários. Por
193 fim, registrou que, após o envio da documentação, será necessário aguardar o
194 andamento dos processos junto aos órgãos competentes. Dando continuidade,
195 procedeu-se à leitura da Ata nº 02/2026, referente à Reunião Ordinária realizada
196 em 04 de março de 2026, efetuada pela membro Odila. Após apreciação, foram
197 realizados ajustes no texto, sendo a ata aprovada por unanimidade. Em seguida,
198 foi realizada a impressão e coleta das assinaturas dos membros presentes. Dando
199 prosseguimento à reunião, a membro Odila informou que o tema foi objeto de
200 questionamento do Presidente Odirlei na reunião anterior, especialmente quanto
201 ao tempo de atendimento dos estudantes, que, em alguns casos, não tem atingido
202 a carga horária prevista. Confirmou que, de fato, há situações em que o
203 atendimento não está sendo completado integralmente. Informou que foram
204 realizadas tentativas de ampliação da carga horária de uma das professoras que
205 atualmente está lotada na Sala de Recursos Multifuncional, para suprir a demanda,



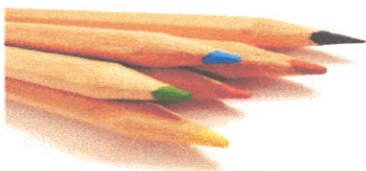
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

206 porém não houve interesse por parte da profissional. Destacou que, diante dessa
207 limitação, a Secretaria tem adotado ajustes e agrupamentos nos horários de
208 atendimento, ainda que reduzidos, com o objetivo de contemplar o maior número
209 possível de estudantes. Ressaltou que, atualmente, a Escola Municipal Germano
210 Lazaretti conta com trinta e sete (37) estudantes em atendimento, enquanto o
211 número de alunos laudados é de quarenta e nove (49), evidenciando a insuficiência
212 de profissionais para atender toda a demanda existente. Diante desse cenário,
213 informou que a Secretaria Municipal de Educação está analisando a situação e que
214 deverá ser realizada a contratação de novo profissional para atendimento
215 especializado. Destacou, contudo, a dificuldade na captação de profissionais
216 disponíveis para essa função. Na sequência, apresentou informes institucionais,
217 destacando a programação do Mês de Conscientização do Autismo, com a
218 realização de palestra prevista para o dia 20 de abril, no Centro Cultural Ricieri
219 Mazutti, com início às 18h30, bem como a realização de Passeata de Mobilização
220 alusiva ao tema, agendada para o dia 30 de abril. Informou que a divulgação oficial
221 das atividades ocorrerá no início da semana seguinte. Comunicou ainda, o
222 resultado das avaliações de alfabetização divulgadas pelo Governo Federal através
223 do Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), informando
224 que o município avançou de 65% para 81% de crianças alfabetizadas, destacando
225 o resultado como fruto do esforço conjunto da rede municipal de ensino. Ressaltou
226 que, embora a meta seja atingir 100%, o avanço registrado representa um resultado
227 significativo no processo de melhoria da aprendizagem. Na sequência, o Assessor
228 Pedagógico Paulo destacou que o percentual de 81% de crianças alfabetizadas já
229 supera a meta projetada para o ano de 2030, evidenciando avanço significativo no
230 desempenho educacional do município. Ressaltou a importância de manter e
231 ampliar esse resultado ao longo dos próximos anos. Em complemento, a membro
232 Odila enfatizou que todas as crianças em sala de aula têm o direito à alfabetização,
233 sendo este um princípio fundamental do processo educacional. Destacou que, até
234 o ano de 2021, menos da metade dos estudantes alcançavam a alfabetização, o
235 que evidencia um cenário anterior de fragilidade no atendimento a esse direito.
236 Pontuou que, a partir da implementação de programas federais e estaduais, bem
237 como do fortalecimento das ações formativas e do acompanhamento pedagógico,
238 houve avanços significativos, elevando o percentual de alfabetização de
239 aproximadamente 48% em 2021 para 81% no momento atual. Ressaltou, ainda,
240 que, embora o objetivo seja alcançar 100% de crianças alfabetizadas, o resultado
241 obtido representa um avanço expressivo, fruto do esforço coletivo da rede. Por fim,
242 destacou a necessidade de continuidade das ações e de reflexão permanente
243 sobre as estratégias adotadas, visando garantir o pleno direito à aprendizagem a
244 todos os estudantes. Na sequência, a membro Silvana manifestou preocupação
245 quanto à quantidade de avaliações externas aplicadas nas unidades escolares,
246 destacando que estas têm ocorrido de forma simultânea e com prazos reduzidos,

Odila

Silvana

Silvana

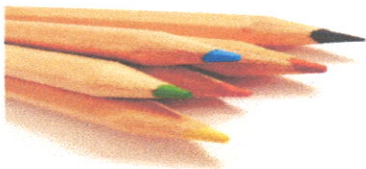


**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

247 o que tem impactado a organização pedagógica. Relatou que, recentemente, houve
248 a aplicação da avaliação do Programa Indica no período de 30 de março a 1º de
249 abril, coincidindo com outras avaliações, como as de fluência, produção escrita para
250 os quartos anos e leitura para os quintos anos, esta última com registro gravado.
251 Ressaltou que essa sobreposição de avaliações tem dificultado o cumprimento do
252 planejamento previamente estabelecido no calendário escolar. Acrescentou ainda
253 que, em alguns casos, as avaliações têm contemplado conteúdos que ainda não
254 foram integralmente trabalhados em sala de aula, considerando que o primeiro
255 bimestre ainda não havia sido concluído. Em resposta, a membro Odila esclareceu
256 que, embora a situação apresente desafios, trata-se de uma estratégia adotada no
257 âmbito das políticas educacionais, com o objetivo de garantir o monitoramento da
258 aprendizagem e promover avanços nos resultados educacionais. Destacou que tais
259 instrumentos são necessários para assegurar que os estudantes tenham seu direito
260 à aprendizagem efetivamente contemplado. Complementando, esclareceu que a
261 aplicação de itens ainda não trabalhados em sua totalidade faz parte da
262 metodologia dessas avaliações, tendo como finalidade identificar conhecimentos
263 prévios dos estudantes e subsidiar análises posteriores. Informou que esse
264 procedimento já foi previamente explicado aos professores, destacando que os
265 dados coletados serão consolidados e utilizados para orientar intervenções
266 pedagógicas mais assertivas. Na sequência, o Assessor Pedagógico Paulo
267 esclareceu que algumas questões presentes nas avaliações referem-se a
268 conteúdos ainda não trabalhados no ano em curso, sendo itens inéditos ou
269 correspondentes a etapas posteriores, com a finalidade de aferir o nível de
270 conhecimento prévio dos estudantes. Complementando, a membro Odila destacou
271 que essa estratégia tem como objetivo sondar se parte dos estudantes já possui
272 determinados conhecimentos, contribuindo para o diagnóstico pedagógico e
273 planejamento das intervenções necessárias. Dando continuidade, a membro
274 Silvana abordou a questão do transporte escolar, relatando que há linhas com
275 trajetos mais longos e de maior complexidade, especialmente nas áreas mais
276 distantes. Informou que, em alguns casos, os estudantes chegam à unidade escolar
277 por volta das 6h20, considerado um horário muito antecipado, o que indica a
278 necessidade de revisão das rotas. Destacou ainda que há registros detalhados
279 desses horários, organizados pela servidora responsável, permitindo a análise mais
280 precisa da situação. Acrescentou que, anteriormente, já foram realizadas
281 verificações quanto aos horários de chegada dos ônibus, com o objetivo de
282 identificar possíveis ajustes, considerando o tempo de deslocamento e o horário
283 em que os estudantes saem de suas residências. Em resposta, a membro Odila
284 ressaltou a importância do encaminhamento dessas informações à Secretaria, a
285 fim de subsidiar a reorganização das rotas do transporte escolar. Destacou que tais
286 apontamentos são relevantes para a realização de ajustes necessários, visando
287 garantir melhores condições de atendimento aos estudantes. Na sequência, a

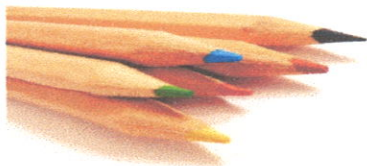
Odila

Odila
Silvana



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

288 membro Silvana sugeriu a necessidade de levantamento mais detalhado sobre a
289 organização das rotas do transporte escolar, especialmente quanto à ordem de
290 atendimento das unidades escolares. Destacou a importância de identificar qual
291 instituição é atendida primeiro em cada rota, a fim de compreender melhor a
292 logística adotada e subsidiar possíveis ajustes. Sugeriu, ainda, que tais
293 informações possam ser sistematizadas, com apoio da servidora responsável pelo
294 acompanhamento dos registros. Em resposta, o Assessor Pedagógico Paulo
295 orientou que a demanda seja formalizada por meio de ofício, para que possa ser
296 encaminhada ao setor responsável. Informou que, na próxima reunião prevista para
297 o mês de maio, da Comissão de Transporte Escolar haverá visita ao local onde
298 funciona o transporte escolar (escritório e veículos), oportunidade em que a
299 situação poderá ser verificada diretamente junto à responsável pelo setor. Na
300 continuidade, a membro Silvana apresentou outra demanda relacionada ao
301 transporte escolar, referente à oferta de lanche aos estudantes que residem em
302 áreas mais distantes. Relatou que, em algumas situações, as unidades escolares
303 fornecem alimentos, como frutas, pão ou bolacha, considerando que há estudantes
304 que chegam em suas residências em horário mais tardio. Contudo, informou que
305 foi repassada orientação por parte de monitores de transporte no sentido de que
306 não seria permitido o consumo de alimentos durante o trajeto, o que gerou dúvidas
307 entre os profissionais quanto à continuidade da prática. Diante disso, questionou
308 sobre a existência de orientação oficial acerca do fornecimento e consumo de
309 alimentos no transporte escolar, destacando a necessidade de padronização das
310 condutas, a fim de evitar divergências entre as unidades e garantir atendimento
311 adequado aos estudantes, especialmente aqueles que permanecem por mais
312 tempo em deslocamento. Finalizando os trabalhos, o Presidente Odirlei Pereira da
313 Silva agradece a presença dos conselheiros. A ata foi redigida com base na
314 gravação em áudio da reunião, cuja gravação foi previamente autorizada por todos
315 os membros presentes. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, com
316 322 linhas, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente e pela
317 Secretária do Conselho Municipal de Educação, acompanhada pela lista de
318 presentes à reunião. Redação da presente ata realizada pela membro Odila, em
319 apoio à Secretária. Campos de Júlio-MT, 06 de maio de 2026. ///
320 Odirlei Pereira da Silva – Presidente CME-CJ: Odirlei Pereira da Silva
321 Viviane da Silva Mendes – Secretária: Viviane da Silva Mendes
322 Membro responsável pela redação da ata: Odila N. K. Duarte



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

**REGISTRO DE FREQUENCIA NA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS MEMBROS DO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT.**

DATA: 01/04/2026 - **HORÁRIO:** 14h00min

LOCAL: Sala de Reuniões dos Conselhos - Centro Cultural Ricieri Mazutti

PAUTA: Leitura e aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 04/03/2026;
Apresentação e análise do orçamento anual da Secretaria Municipal de Educação,
referente ao exercício de 2026; Informes.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Titular: ODILA NELCI KRAMPE DONAT	<i>Odila N. K. Donat</i>
Suplente: MARIA NUNES FREIRE	_____
REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO	
Titular: ELISANGELA PLATAU	<i>Elisângela Platau</i>
Suplente: JESSICA ANDRESSA TRES SANTOS	_____
REPRESENTANTE DOS DIRETORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Titular: SILVANA CARNAÚBA DOS SANTOS	<i>Silvana C. Santos</i>
Suplente: IONE ALVES DE SOUZA SALAPATA	_____
REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Titular: LISIANE DA SILVA MENDES	<i>Ausente</i>
Suplente: MARILENE DE SOUZA	<i>Ausente</i>
REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
Titular: MAUROCIR SILVA	<i>Maurocir Silva</i>
Suplente: WEMERSON NEVES DE ALECRIM	_____
REPRESENTANTE DOS AUXILIARES DE DESENVOLVIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Titular: ALINE FONSECA	<i>Aline Fonseca</i>
Suplente: SAMILLE BOING VANDERLINDE DE SANTANA	_____



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

**REGISTRO DE FREQUENCIA NA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS MEMBROS DO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT.**

DATA: 01/04/2026

-

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL: Sala de Reuniões dos Conselhos - Centro Cultural Ricieri Mazutti

PAUTA: Leitura e aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 04/03/2026;
Apresentação e análise do orçamento anual da Secretaria Municipal de Educação,
referente ao exercício de 2026; Informes.

REPRESENTANTE DOS CONSELHOS ESCOLARES MUNICIPAIS OU EQUIVALENTES	
Titular: ODIRLEI PEREIRA DA SILVA	<i>Odinei Pereira da Silva</i>
Suplente: INGRID BIASETTO ENS PARMEGGIANI	<i>_____</i>
REPRESENTANTE DOS CONSELHOS ESCOLARES ESTADUAIS OU EQUIVALENTES	
Titular: RUTE PEREIRA VIEIRA	<i>Ausente</i>
Suplente: AGNALDO DOS SANTOS	<i>Ausente</i>
REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Titular: VIVIANE DA SILVA MENDES	<i>Ausente</i>
Suplente: CRISTIANA FERNANDES DOS SANTOS	<i>Ausente</i>

DEMAIS PRESENTES:

Paulo Victor de Rosa
